

Médicos pedem aborto livre

CAMPINAS — Um memorial propondo a liberação de aborto para mulheres portadoras de fetos comprovadamente doentes poderá ser elaborado pelas sociedades brasileiras de genética e de ginecologia e obstetrícia e encaminhado às autoridades federais, se houver um melhor entrosamento entre essas duas entidades, conforme foi sugerido em Campinas neste último fim de semana, durante uma mesa-redonda sobre aconselhamento genético e diagnóstico pré-natal, realizado na Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Campinas.

Durante o encontro, que reuniu especialistas da USP, Unicamp, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro e State University Of New York,

foram discutidos diversos aspectos do avanço tecnológico já em uso nos países mais desenvolvidos, onde já é possível o diagnóstico pré-natal, seja de mal formações congênitas, alterações metabólicas, alterações cromossômicas e que possam causar a produção de uma alteração patológica, como por exemplo o mongolismo, caso dos mais frequentes onde os índices médios vão de 1 para 400 a 1 para 700. Ao final da mesa-redonda os participantes, coordenados pelos professores Walter Pinto Junior (Unicamp) e Pedro Henrique Saldanha (USP), chegaram à conclusão que, além de uma liberação do aborto para casos como esses, há uma necessidade de se conscientizar as populações para isso.

Segundo Walter pinto, da Uni-

versidade Estadual de Campinas, no caso específico do mongolismo, existe aumento progressivo no aparecimento do problema, de acordo com a idade das genitoras. A frequência de alterações cromossômicas nas mulheres com 40 anos aumenta de 2 por cento, subindo para 8 por cento nas mulheres com 45 anos de idade, ou seja, uma em cada doze mulheres pode gerar uma criança mongolóide, se estiver nessa faixa de idade, diz o especialista que ao contrário do que se pensava antigamente, o mongolismo pode se repetir dentro de uma mesma família, porque pelo menos parte desse problema é oriundo de alteração cromossômica já encontrada num dos genitores. Além do mais, nessa situação, alguns casais podem ter

uma criança com a anomalia, dentro de uma probabilidade até assustadora: 50 por cento.

Atualmente, com os novos métodos (que foram debatidos durante o simpósio) é possível, através da punção do líquido amniótico (bolsa de água que protege o feto) extrair células que, vivas, podem ser cultivadas e depois analisadas, oferecendo resultados que asseguram ao especialista dizer com segurança se o feto será normal ou não. Como a punção somente pode ser feita após a décima segunda semana de gestação e o cultivo das células demora de 2 a 4 semanas, no caso de resultados anormais, os pais poderiam optar pelo aborto que seria executado, sem qualquer risco para a genitora, se o instrumento fosse legal no Brasil.